

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.683 - MG (2020/0017799-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**  
**PROCURADOR : VITORIA JACOB E OUTRO(S) - MG107862**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "b", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA DE OFÍCIO - APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - PRETENSÃO DE ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (LEI N 8758/2004 E DECRETO N 11709/2004) À LEGISLAÇÃO FEDERAL POSTERIORMENTE PROMULGADA (LEI N 11888/2008) - POLÍTICA PÚBLICA (MORADIA) - DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA - INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - NÃO CONFIGURAÇÃO DE INJUSTIFICADA INÉRCIA DO PODER PÚBLICO - SENTENÇA CONFIRMADA NA REMESSA NECESSÁRIA - RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 2º da Lei n. 11.888/08, sustentando o direito de assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social às famílias de baixa renda, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

[..] não se mostra correta a assertiva constante no r. acórdão, no sentido de que o recorrido já havia erigido a matéria tratada no diploma federal em exame como política pública por haver editado a Lei Municipal n.º 8.758/04, regulamentada pelo Decreto n.º 11.709/04, uma vez que da conjugação de ambas as normas resulta uma grave restrição à lei federal, já que apenas as famílias cuja renda não ultrapasse 1,25 salário mínimo fariam jus ao benefício (inciso II do §1º do artigo 2º do Decreto Municipal 11.709/04), e ainda assim somente a população "alvo dos programas habitacionais e de assistência social da Prefeitura de Belo Horizonte" (inciso I do mesmo parágrafo e artigo). Tanto a lei quanto o decreto municipais mostram-se inválidos, uma vez que restringem o alcance de dispositivo de lei federal, conforme fartamente demonstrado no curso da lide. Veja-se que o próprio acórdão reconhece que diplomas legais municipais suprarreferidos encontram-se em "relativa discrepância aos

# *Superior Tribunal de Justiça*

preceitos insculpidos na legislação federal". Na verdade é total a discrepância, concessa venia. A omissão existe em relação às famílias que tenham rendimento superior a 1,25 e superior a 3 salários mínimos, bem como àquelas que não sejam "alvo dos programas habitacionais e de assistência social" do Município (fls. 341/342).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "b" do permissivo constitucional, alega a invalidade da Lei Municipal n. 8.758/04 e do Decreto n. 11.709/04 em face do art. 2º da Lei n. 11.888/08.

É o relatório. Decido.

Quanto a ambas as controvérsias, é incabível o recurso especial, uma vez que a tese recursal apresenta conflito entre lei federal e lei local, o que evidencia o caráter eminentemente constitucional da demanda.

Nesse sentido, já se decidiu que, “nos termos do art. 102, II, 'd', da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que assentar válida lei local contestada em face de lei federal” (REsp n. 1.790.976/RJ, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 8/4/2019).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.767.744/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 3/4/2019; AgInt no AREsp n. 758.191/RS, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 4/10/2017; AgRg no REsp n. 1.418.878/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 24/8/2016; e AgRg no REsp n. 1.594.909/SC, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 5/12/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente